



As funções de um professor

Bertrand Russel

Mais do que as outras profissões, o ensino deixou de ser, nos últimos cem anos, uma profissão de reduzidas dimensões, exigindo uma elevada especialização e dirigindo-se apenas a uma minoria, para se transformar num vasto e importante ramo do serviço público. Trata-se de uma profissão com uma grande e honrosa tradição que se estende desde os começos da história até aos nossos dias. No entanto, nos tempos que correm, qualquer professor que se dê a si próprio o direito de se sentir inspirado pelos ideais dos seus predecessores, rapidamente se dará conta de que a sua função já não é ensinar aquilo que considera seu dever ensinar, mas inculcar crenças e pressupostos cuja utilidade é estabelecida por aqueles que lhe dão emprego.

Antigamente, esperava-se que um professor fosse alguém com um excepcional conhecimento ou sabedoria, alguém

cujas palavras mereciam ser escutadas com atenção. Na antiguidade, quando a profissão não estava ainda instituída, nenhum controle era exercido sobre aquilo que os professores ensinavam. É verdade que, com alguma frequência, houve professores que foram punidos pelas suas doutrinas subversivas. Sócrates foi condenado à morte e diz-se que Platão foi aprisionado. Mas estes incidentes não interferiram em nada na difusão das suas doutrinas. Quem tem um genuíno impulso de professor está mais interessado em fazer sobreviver os seus livros do que a sua carne. Por outras palavras, o sentimento de independência intelectual é essencial ao preenchimento adequado das funções de professor. A este cabe, fundamentalmente, inculcar no processo de formação da opinião pública todo o conhecimento e toda a racionalidade de que for capaz.

Na antiguidade, com excepção de uma ou outra intervenção ocasional mais ou menos abrupta e ineficaz por parte de algum tirano ou multidão, o professor exercia livremente as suas funções. Na Idade Média, o ensino tornou-se prerrogativa exclusiva da Igreja, o que teve como resultado um menor progresso quer intelectual quer social. Com o Renascimento, o respeito pelo conhecimento deu de novo ao professor uma liberdade muito significativa. Sem dúvida que a Inquisição obrigou Galileu a retractar-se e condenou Giordano Bruno à fogueira. Mas o trabalho de cada um destes homens estava feito antes de terem sido punidos. As Instituições de tipo universitário permaneceram em grande medida sob a alçada dos dogmáticos, o que explica que muito do melhor trabalho intelectual então produzido tenha sido levado a cabo por homens de cultura independentes. Em Inglaterra, quase até ao final do século XIX, praticamente nenhuma figura intelectual de primeiro plano, com excepção de Newton, esteve ligada à Universidade. Mas o sistema social estava de tal forma organizado que estas circunstâncias pouco ou nada interferiam nas actividades desses homens e nas aplicações do seu trabalho.

No nosso mundo actual, altamente organizado como é, deparamo-nos com um novo problema. Algo que se designa por educação é dado a toda a gente, geralmente pelo Estado mas algumas vezes também pelas Igrejas existentes. Na grande maioria dos casos, o professor transforma-se então num servidor civil, obrigado a cumprir ordens de homens que não têm os seus conhecimentos, que não possuem qualquer experiência de relação com a juventude e cuja única atitude face à educação é a de propagandistas. Nestas circunstâncias, não é fácil que os professores possam cumprir as funções para que estão especialmente votados.

É óbvio que a educação estatal é necessária, mas é igualmente óbvio que acarreta perigos contra os quais importa estar precavido. Na Alemanha Nazi, e ainda hoje na Rússia, é possível constatar a presença desses perigos em toda a sua magnitude. Em situações deste tipo, só pode ensinar quem subscreva uma crença dogmática, ou seja, uma daquelas posições que poucas pessoas de espírito livre estão voluntariamente dispostas a aceitar. Além disso, não basta muitas vezes subscrever uma crença. É também necessário ser complacente para com actos abomináveis e abster-se cuidadosamente de manifestar as suas opiniões sobre os acontecimentos mais vulgares. Enquanto o ensino se reduz ao alfabeto e à tabuada, matérias que não são susceptíveis de controvérsia, os dogmas oficiais não produzem necessariamente uma deformação da instrução. Mesmo assim, nos países totalitários, espera-se que o professor, ao ensinar essas matérias, não utilize os métodos que lhe pareçam mais ajustados para alcançar os resultados escolares pretendidos mas que inculque nos seus alunos medo, subserviência, obediência acrítica, exigindo-lhes uma indiscutível submissão à sua autoridade. Da mesma maneira, quando se ultrapassa o nível elementar, o professor é obrigado a adoptar a perspectiva oficial em todas as questões contróversas. É por esta razão que na Alemanha Nazi, e ainda hoje na Rússia, os jovens se transformaram em fanáticos intolerantes, ignorantes relativamente ao mundo exterior ao seu

próprio país, totalmente desacostumados de uma discussão livre e incapazes de aceitar que as suas opiniões possam ser postas em causa sem ser por espírito malévolo.

Apesar de muito mau, este estado de coisas seria menos desastroso se, como acontecia com o catolicismo medieval, os dogmas inculcados fossem universais e internacionais. Mas o dogmatismo moderno, que na Alemanha prega um credo, em Itália outro, na Rússia outro e outro ainda no Japão, recusa qualquer concepção de uma cultura internacional. O que mais ressalta no ensino ministrado aos jovens em cada um destes países é o nacionalismo fanático. Daí resulta que as pessoas de um país não têm qualquer base de entendimento com as de outro e não existe nenhuma ideia de comunidade civilizacional susceptível de se interpor por entre a ferocidade belicosa.

A decadência do internacionalismo cultural tem vindo a verificar-se de forma cada vez mais acentuada desde a primeira guerra mundial. Quando estive em Leninegrado em 1920, tive um encontro com um Professor de Matemáticas Puras que conhecia bem cidades como Londres, Paris e outras capitais, e que era membro de vários congressos internacionais. Hoje em dia, aos homens de cultura da Rússia só raramente são permitidas saídas deste género com medo de que façam comparações desfavoráveis com o seu próprio país. Embora menos extremo nos outros países, a verdade é que o nacionalismo no ensino é hoje muito mais poderoso do que era dantes. Por exemplo, em Inglaterra (e creio que também nos Estados Unidos) há a tendência para entregar o ensino do francês ou do alemão a pessoas de nacionalidade francesa e alemã. Ora, este tipo de prática, que consiste em dar maior importância à nacionalidade do que à competência na escolha de alguém para o exercício de uma determinada função, é prejudicial à educação e constitui uma afronta ao ideal de uma cultura universal, ideal que constitui uma herança que nos foi legada pelo Império Romano e pela Igreja Católica e que está hoje a ficar submerso sob uma nova invasão bárbara, procedente, desta vez, não do exterior mas do interior.

Nos países democráticos, estes males não atingiram ainda proporções comparáveis a estas. Mas temos que admitir que existe um perigo real de que se venham a manifestar desenvolvimentos semelhantes. Ora esse perigo só poderá ser evitado se aqueles que acreditam na liberdade de pensamento protegerem a independência intelectual dos professores. E o primeiro requisito necessário é a clara delimitação das tarefas que é legítimo esperar que os professores desempenhem em benefício da comunidade.

Estou de acordo com os governos deste mundo quando defendem que uma das funções menores do professor é a transmissão de uma informação incontroversa. Trata-se, é certo, de uma função que constitui a base a partir da qual todas as outras são construídas e que, indubitavelmente, se reveste de uma utilidade considerável numa civilização técnica como a nossa. Numa comunidade moderna, é indispensável que exista um número suficiente de homens com as capacidades técnicas requeridas para a preservação da aparelhagem mecânica de que depende o nosso conforto material. Além disso, é inaceitável que uma larga percentagem da população



não saiba ler nem escrever. É por estas razões que, todos nós, somos a favor de uma educação universal obrigatória.

Mas, ao mesmo tempo, os governos perceberam quão fácil é, no decurso da instrução, inculcar crenças sobre matérias controversas e promover hábitos mentais que podem ou não ser inconvenientes para a autoridade estabelecida. É por essa razão que, nos países civilizados, a defesa do estado está tanto nas mãos dos professores como nas dos militares. Ora, excepto nos países totalitários, a defesa do estado é algo de desejável e, assim sendo, o facto de a educação ser utilizada para esse fim não constitui, por si só, razão para críticas. A crítica só deverá surgir quando o estado procura defender-se fazendo apelo ao obscurantismo e a paixões irracionais, métodos inteiramente desnecessários num estado digno de defesa. No entanto, há uma tendência natural para a adopção desses métodos, por parte dos que não têm um conhecimento directo dos problemas da educação. Acredita-se com grande frequência que as nações se tornam mais fortes com a uniformidade de opinião e a supressão da liberdade. Do mesmo modo, ouve-se muitas vezes dizer que a democracia torna mais fraco um país em guerra, se bem que, em todas as guerras importantes desde 1700 para cá, a vitória tenha sempre ido parar às mãos do lado mais democrático. Na maior parte das vezes, a ruína das nações fica a dever-se, mais à insistência numa uniformidade doutrinal acanhada, do que à livre discussão e à tolerância de opiniões divergentes. Em suma, os dogmáticos do mundo inteiro acham que, embora eles próprios sejam capazes de conhecer a verdade, os outros serão levados a cair em falsas crenças se lhes for permitido ouvir os

argumentos de ambas as partes. Trata-se de uma posição que conduz a uma de duas desgraças: ou há um grupo de dogmáticos que conquista o mundo e proíbe todas as ideias novas, ou, o que é pior ainda, grupos rivais conquistam regiões diferentes e pregam o evangelho do ódio uns contra os outros. Durante a Idade Média verificou-se o primeiro destes males; durante as guerras religiosas, e de novo nos nossos dias, vigorou o último. O primeiro, faz com que uma civilização se torne estática; o segundo, tende a destruí-la completamente. Ao professor cabe ser a salvaguarda principal contra ambos.

Sabemos que o espírito partidário constitui um dos maiores perigos do nosso tempo. Sob a forma do nacionalismo, conduz à guerra entre nações; sob outras formas, leva à guerra civil. Aos professores cabe manter-se fora da luta entre os partidos, procurando fomentar nos jovens hábitos de investigação imparcial, levando-os a julgar as questões pelos seus próprios méritos, a estarem prevenidos contra afirmações *ex parte*, aceites apenas pelo seu aparente valor. Não é legítimo esperar que o professor elogie os preconceitos defendidos quer pelas massas, quer pela alta magistratura. A virtude profissional do professor deveria consistir em julgar com isenção todas as partes, num esforço para se elevar acima de toda a controvérsia, para se manter num nível de investigação desapassionada e científica e, se alguém considerasse inconvenientes os resultados dessas investigações, deveria o professor ser protegido contra a má vontade dessas pessoas, a menos que se provasse que se entregava a uma propaganda desonesta pela disseminação de juízos cuja falsidade podia ser objecto de demonstração.

nos parecem agora a nós. Numa perspectiva ainda mais ampla, deverá tomar consciência da vastidão das eras geológicas e das abissais distâncias astronómicas. Porém, a consciência de tudo isto não deverá funcionar como um peso capaz de esmagar o homem individual mas, ao invés, como um vasto panorama que alarga o espírito de quem o contempla. Do lado das emoções, para que o homem seja verdadeiramente civilizado, é necessário que a sua perspectiva puramente pessoal sofra um alargamento semelhante. Os homens percorrem o caminho que vai do nascimento até à morte, umas vezes felizes, outras infelizes; umas vezes generosos, outras gananciosos e mesquinhos; por vezes heróicos, outras cobardes e servís. Quando se observa este cortejo como um todo, há alguns homens dignos de admiração que sobressaem. Alguns foram inspirados pelo amor da humanidade, outros ajudaram-nos com a sua superioridade intelectual a compreender o mundo em que vivemos, outros ainda, mercê de uma excepcional sensibilidade, criaram beleza. Tais homens fizeram algo de positivamente bom, capaz de ultrapassar a longa lista de crueldades, opressão e superstições. Fizeram tudo o que estava ao seu alcance para transformar a vida humana em alguma coisa mais do que uma breve turbulência de selvagens. O homem civilizado é aquele que, quando não pode admirar, aspira a compreender mais do que a reprovar. Nesse sentido, procurará descobrir e remover as causas impessoais do mal em vez de odiar aqueles que se encontram presos nas suas garras. Tudo isto deve fazer parte do espírito e do coração do professor pois que, se assim for, tudo isto será transmitido durante o ensino aos jovens que estão sob o cuidado desse professor.

Ninguém pode ser bom professor sem o sentimento de uma calorosa afeição pelos seus alunos e sem o desejo genuíno de partilhar com eles aquilo que, para si próprio, é um valor. Não contudo há aqui qualquer semelhança com a atitude do propagandista. Para o propagandista, os alunos são soldados potenciais de um exército. Estão destinados a obedecer a objectivos exteriores às suas próprias vidas, não no sentido em que qualquer propósito generoso transcende o próprio eu, mas no sentido em que deverão constituir-se como auxiliares na luta contra privilégios injustos ou poderes despóticos. O propagandista não deseja que os seus alunos observem o mundo por sua conta e escolham livremente um objectivo que lhes pareça válido. Como um bom podador, o que o propagandista deseja é exercitar e orientar o desenvolvimento dos seus alunos de forma a submetê-los aos propósitos do jardineiro. Ao orientar as tendências naturais dos seus alunos, o propagandista torna-se apto a destruir neles todo o vigor generoso, substituindo-o pela inveja, pelo espírito de destruição e pela crueldade. Ora, não há qualquer necessidade de se ser cruel. Estou mesmo persuadido que a crueldade é, em grande medida, resultante da repressão na infância, principalmente da repressão daquilo que é bom.

Como a actual situação do mundo o permite provar, as paixões repressivas e persecutórias são hoje muito vulgares. Mas isso não significa que elas constituam uma parte necessária da natureza humana. Pelo contrário, elas são sempre, segundo creio, o resultado de uma infelicidade. Uma das fun-

Contudo, a função do professor não é meramente a de mitigar o ardor das controvérsias em curso na sua época. Ele tem tarefas mais positivas e não poderá ser um grande professor senão estiver inspirado pelo desejo de as cumprir. Mais do que ninguém, os professores são os guardiões da civilização. Devem por isso estar intimamente conscientes do que esta é e empenhados em comunicar aos seus alunos uma atitude de respeito para com a civilização. Somos assim conduzidos à seguinte questão: o que constitui uma comunidade civilizada?

Questão a que se dará uma resposta muito banal se nos ativermos apenas aos aspectos materiais da civilização. Um país é civilizado se tiver muitas máquinas, muitos automóveis, muitas casas de banho e uma grande rede de rápidos meios de locomoção, coisas a que, em minha opinião, a maioria dos homens modernos atribui demasiada importância. No seu sentido mais profundo, a civilização é algo de ordem espiritual e não um conjunto de auxiliares materiais da componente física da vida. Ela é uma questão em parte de conhecimento e em parte de emoções. No que diz respeito ao conhecimento, o homem civilizado deverá ter consciência da sua própria insignificância e da do seu meio mais próximo em relação ao mundo, tanto no que diz respeito ao tempo como ao espaço. Deverá ver o seu próprio país, não apenas como a sua casa, mas como um país entre os outros países, todos eles com igual direito de viver, pensar e sentir. Deverá ser capaz de situar a sua própria época em relação ao passado e ao futuro, ter consciência de que as controvérsias que hoje o cercam parecerão tão estranhas às gerações futuras como as do passado

ções do professor deveria ser a de abrir novas perspectivas aos seus alunos, dando-lhes a conhecer as possibilidades que existem de realização de actividades simultaneamente agradáveis e úteis. Assim se proporcionaria a libertação dos impulsos bondosos e se impediria o desenvolvimento do desejo de retirar aos outros as alegrias que nos faltam a nós. Para muitos, a felicidade não é um fim, nem para si próprios, nem para os outros. Mas é lícito suspeitar que tais pessoas são meros frutos amargos. Uma coisa é renunciar à felicidade pessoal a favor de uma finalidade pública; outra, muito diferente, é tratar a felicidade geral como irrelevante. E, no entanto, é muitas vezes isso mesmo que é feito em nome de um suposto heroísmo. Em geral, há naqueles que adoptam esta atitude uma espécie de veio de crueldade, fundado provavelmente numa inveja inconsciente cuja fonte pode ser encontrada na infância ou na juventude. O educador deveria ter por objectivo preparar adultos isentos destes infortúnios psicológicos, pessoas que não estivessem desejosas de privar os outros da felicidade de que elas próprias foram privadas.

Tal como as coisas hoje se apresentam, muitos professores estão longe de dar o seu melhor. Há inúmeras razões para este facto, umas mais ou menos accidentais, outras com profundas raízes. Começando pelas primeiras: a maior parte dos professores estão sobrecarregados de trabalho, vendo-se por isso limitados a ter que preparar os alunos para os exames em vez de lhes darem uma formação sem preconceitos. Quem não tem prática de ensino — e isto inclui praticamente todas as autoridades educativas — não faz ideia do dispêndio de energia espiritual que o ensino envolve. Não se espera que os padres façam sermões durante várias horas todos os dias, mas pede-se aos professores um esforço análogo. O resultado é que muitos deles ficam esgotados e nervosos, alheios das obras recentes relativas às matérias que ensinam, incapazes portanto de comunicar aos seus alunos a sensação de prazer intelectual que resulta da conquista de uma nova compreensão e de um novo conhecimento.

No entanto, isto não constitui de forma alguma a questão mais grave. Na maior parte dos países, há determinadas opiniões que são consideradas correctas e outras perigosas. Aos professores cujas opiniões são consideradas como não correctas é exigido silêncio. Se emitem as suas opiniões, dir-se há que estão a fazer propaganda. Pelo contrário, considera-se que faz parte de uma instrução sadia a referência a opiniões ditas correctas. Daqui resulta que, com muita frequência, os jovens mais curiosos têm que ir fora da escola se quiserem perceber o que os espíritos mais vigorosos da sua própria época estão a ensinar. Nos Estados Unidos, há uma disciplina escolar chamada *instrução cívica* na qual, talvez mais do que em qualquer outra, o ensino tende a ser enganador. Ensina-se aos jovens uma espécie de cartilha acerca do modo como é suposto que os negócios públicos devem ser conduzidos, encobrendo cuidadosamente o modo como eles são de facto conduzidos. Quando esses jovens crescem e descobrem a verdade, o que na maior parte das vezes acontece é que desenvolvem um completo cinismo face ao qual se perdem todos os ideais públicos. Se, pelo contrário, a verdade fosse ensinada desde cedo, de forma cuidadosa e acompanhada



dos comentários adequados, os jovens poderiam tornar-se homens capazes de combater males que, tal como as coisas estão, lhes não merecem agora mais do que um complacente encolher de ombros.

A ideia de que a falsidade pode ser edificante é um dos grandes pecados dos responsáveis pelo estabelecimento dos planos educativos. Considero impossível que se possa ser um bom professor sem se ter tomado a resolução firme de nunca, no decurso do seu magistério, ocultar a verdade em nome do que se considera ser o seu carácter não-edificante. A ignorância cautelosa produz uma virtude frágil que se perde ao primeiro contacto com a realidade. Há neste nosso mundo muitos homens que merecem admiração e é bom que os jovens aprendam a saber ver as diversas facetas em que esses homens são admiráveis. Em contrapartida, os jovens não devem ser levados a admirar patifes pela ocultação da sua patifaria. Diz-se vulgarmente que o conhecimento das coisas tal como elas são conduz ao cinismo. Mas o mesmo pode acontecer — acrescido então ainda com um choque de surpresa e horror — se esse conhecimento se der de forma repentina. Porém, o efeito será outro se o conhecimento da realidade for sendo gradualmente construído, combinado nas devidas proporções com o conhecimento daquilo que é bom, no decurso de um estudo científico inspirado pelo desejo de alcançar a verdade. Em qualquer circunstância, dizer mentiras aos jovens — jovens que não dispõem de meios para verificar a verdade do que se lhes diz — é algo de moralmente indefensável.

Se se quiser que a democracia sobreviva, aquilo que um professor deveria esforçar-se acima de tudo por produzir nos seus alunos é o tipo de tolerância que nasce do desejo de

compreender os que são diferentes de nós. Há talvez um impulso humano natural para olhar com horror e aversão usos e costumes diferentes daqueles a que estamos habituados. As formigas e os selvagens condenam à morte os estrangeiros e, quem nunca viajou, quer física, quer mentalmente, não consegue tolerar os costumes excêntricos e as crenças estranhas das outras nações e dos outras épocas, das outras seitas e dos outros partidos políticos. Este tipo de ignorância intolerante é a antítese da perspectiva civilizada e constitui um dos perigos mais graves a que está exposto o nosso mundo superpovoado. O sistema educativo devia ter como projecto a correcção deste mal. Mas a verdade é que, presentemente, muito pouco é feito nesse sentido. Pelo contrário, o sentimento nacionalista é encorajado em todos os países; ensinam-se as crianças das escolas — porventura demasiado habituadas a acreditar — que os habitantes dos outros países são moral e intelectualmente inferiores aos do país em que acontece viverem os alunos daquela escola. Em vez de desencorajar, encoraja-se a histeria colectiva, a mais louca e cruel de todas as emoções humanas e os jovens são incentivados a acreditar, não naquilo que tem algum fundamento racional mas simplesmente no que ouvem dizer.

Os professores não podem ser censurados por esta situação pois não são livres de ensinar como querem. São eles quem mais intimamente conhece as necessidades dos jovens. São eles que, pelo contacto diário, mais se interessam pelos jovens. Mas não são eles que decidem o que deve ser ensinado ou quais os métodos de ensino que devem ser adoptados. Deveria haver muito maior liberdade na profissão de professor. Deveria haver mais oportunidades de autodeterminação, mais independência face à interferência dos burocratas e dos fanáticos. Ninguém hoje estaria de acordo que os médicos fossem submetidos ao controle de autoridades não-médicas no que diz respeito ao modo como se devem tratar os doentes, excepto, naturalmente, naqueles casos em que os médicos se afastem criminosamente do propósito da medicina que é curar os doentes. Ora, o professor é uma espécie de médico cujo propósito é curar o doente da infantilidade mas, em contrapartida, não lhe é permitido decidir por si próprio e em função da sua própria experiência quais os métodos mais convenientes para este fim. Algumas grandes universidades históricas, pela força do seu prestígio, têm assegurado uma autodeterminação virtual, mas a imensa maioria das instituições educativas são incomodadas e controladas por pessoas que nada compreendem do trabalho em que estão a interferir. Ora, a única maneira de evitar o totalitarismo num mundo altamente organizado como o nosso é garantir um certo grau de independência aos elementos que executam trabalho público útil e, entre esses elementos, os professores merecem um lugar de destaque.

Como o artista, o filósofo e o homem de letras, o professor só pode realizar o seu trabalho adequadamente se se sentir dirigido por um impulso criador interno e se não estiver dominado e acorrentado por uma autoridade exterior. No nosso mundo moderno, é muito difícil encontrar espaço para o indivíduo. Ele pode subsistir se ocupar o ponto mais elevado, se for ditador de um estado totalitário ou magnate

plutocrático num país de grandes empreendimentos industriais. Porém, no reino do espírito, torna-se cada vez mais difícil preservar a independência face às grandes forças organizadas que controlam a existência dos homens e das mulheres. Se não queremos que o mundo perca os benefícios que derivam do contributo dos seus melhores espíritos terá que ser encontrado um método que, para lá das forças organizadas, lhes garanta margem de manobra e liberdade. Isto implica um retraimento deliberado por parte daqueles que detêm o poder e uma compreensão conscienciosa de que há homens a quem deve ser dada grande liberdade de acção. Os Papas da Renascença foram capazes de actuar desse modo para com os artistas da Renascença. Mas os poderosos de hoje parecem ter grande dificuldade em respeitar as criaturas dotadas de um talento excepcional. Digamos que a turbulência do nosso tempo é inimiga da fina flor da cultura. O homem da rua está cheio de medo, sem vontade de tolerar liberdades que não lhe parecem necessárias. Talvez devamos esperar por dias mais tranquilos, antes que as exigências da civilização possam de novo vencer as exigências do espírito partidário. Entretanto, é importante que, pelo menos alguns, possam continuar a compreender os limites de tudo o que é feito pela força organizada. Todo o sistema deveria permitir pontos de fuga e excepções. Caso contrário, o que há de melhor no homem acabará por ser esmagado.

Tradução de Olga Pombo

Para este número 'especial' da *Educação e Matemática*, quisemos eleger um texto em que reconhecessemos também algo de especial. 'As funções de um professor' de Bertrand Russel (1872-1962) depressa nos pareceu que reunia mais que o bastante para esse propósito. Era um texto de um matemático eminente, e grande pensador do século XX, a falar-nos do professor.

Na verdade, se nos parecia importante a circunstância de se tratar de um autor de 'fora' da educação e, mais ainda, o facto de o autor em causa ser uma figura notável na ciência que é a nossa disciplina, a escolha decidiu-se acima de tudo por se tratar de um texto sobre o professor.

'As funções de um professor', que temos o gosto de poder incluir nesta secção já antiga da revista, teve a sua primeira publicação em 1940 no *Harper's Magazine* e, em Portugal, foi editado em 2000, num livro que colige *Quatro textos excêntricos, com selecção, tradução e prefácio de Olga Pombo*¹. Reconhecem-se nele marcas claras da época em que foi escrito, mas não perde com isso nem actualidade, nem importância.

Numa revista de professores, no número em que celebra 20 anos e "num momento em que a profissão docente parece ter atingido o seu ponto mais baixo em termos de prestígio social e — mais grave ainda — de imagem própria, importa porventura recordar aos professores a dignidade da sua profissão". Estas palavras de Olga Pombo, no prefácio do livro mencionado, justificam exemplarmente a incidência da escolha que fizemos. Acrescentamos apenas o convite à leitura do texto.

¹ Hannah Arendt, Eric Weil, Bertrand Russel, Ortega y Gasset — *Quatro textos excêntricos* (2000). Lisboa: Relógio D'Água.

Agradecemos à editora a autorização concedida para esta republicação.